

**GABARITO 01**  
**CADERNO DE QUESTÕES**  
**CONSULTOR LEGISLATIVO**

**TARDE**

**ÁREA: HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL**

**ATENÇÃO**

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Atualidades	01 a 10
Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo	11 a 30
Específico da Área de Conhecimento	31 a 60

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu **CARTÃO-RESPOSTA**, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

*As paixões ensinaram a razão aos homens.*

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e sua assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizado, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

ATUALIDADES

01. “Não há o que lamentar. Não importa em que direção, o mundo se move. Homens e mulheres vão e vêm de todos os lados do planeta, movendo-se literalmente ou através de sua imaginação.

Vamos, então, desmascarar o paradoxo de uma vez. Tudo circula: música, slogans de propaganda, turistas, bits de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais”.

[GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006, p. 293]

Para Guattari, o fato que explica este estado de coisas é que:

- (A) os imigrantes se agruparam em guetos
- (B) as diferenças se anularam na proibidade
- (C) os espaços se tornaram estandardizados
- (D) as culturas se mostraram refratárias à diferença

02. “As mudanças climáticas podem matar 80% dos 600 mil pinguins imperiais até 2100, segundo um estudo publicado esta semana na revista *Nature Climate Change*. A maior ameaça às aves vem de alterações na cobertura do gelo no Oceano Antártico, o que afetará a criação dos filhotes e a alimentação da espécie. O ritmo do declínio populacional vai variar de acordo com as colônias, mas todas serão afetadas até o final do século”.

[NA ANTÁRTICA - Clima pode dizimar 80% dos pinguins imperiais. In: *Jornal O GLOBO*. Sociedade, 01/07/2014, p. 28]

Segundo Wagner Costa, em “A Ordem Ambiental Internacional”, a preocupação com a preservação das espécies ameaçadas de extinção, como a citada no texto acima, é uma demonstração de consciência ambiental, respeito à pluralidade de manifestações da vida no planeta e deve estar associada à discussão do seguinte valor:

- (A) genético
- (B) comercial
- (C) extrativista
- (D) humanitário

03. “Mesmo após a aprovação do novo Código Civil, a aplicação dos avanços da Constituição de 1988 encontrava entraves no Código Penal, que datava de 1940. Neste, constava o qualificativo: *mulher honesta*, que definia, para as mulheres o direito de ser, ou não, protegida, em caso de abuso, estupro ou fraude de cunho sexual. As modificações desse código, ocorridas em 2005, acarretaram, entre outras coisas, a retirada desse qualificativo, que, por sua vez, significou mudanças na punição de diversos crimes. [...] Também acabou com o artigo que apenas considerava crime o rapto de *mulher honesta*”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto*: 1987 - 2007. São Paulo: Contexto, 2007. p. 174-175]

Nesse novo Código Civil, deixou de ser considerada crime a seguinte prática:

- (A) aborto
- (B) adultério
- (C) meretrício
- (D) sadismo

04. “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança*: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 46]

O fato histórico a que o texto se refere é conhecido como:

- (A) Sexta-Feira da Determinação
- (B) Revolução das Painéis
- (C) Revolta Islâmica
- (D) Debate do Povo

05. A atual Constituição Federal do Brasil estabelece a saúde como um direito universal e um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo o conceito de saúde ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas.

[Adaptado de: PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz. Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006, p. 17]

Nesse contexto, a assistência é concebida de forma:

- (A) esporádica e sanitária
- (B) contínua e voluntária
- (C) preventiva e curativa
- (D) alternativa e clínica

06. “Quando a internet alastrou-se no mundo como um ambiente de comunicação confiável, ponto a ponto, bilateral e acessível até mesmo para indivíduos, a partir das suas residências, estabeleceu-se um ambiente global muito mais favorável às organizações em rede do que para as organizações verticais de comando, claro está, que, para sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal”.

[PRETTO, Nelson, PINTO, Claudio C. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 20]

Segundo os autores, para que se garanta esse acesso horizontal, não apenas de forma individualizada nas residências, mas com soluções de uso coletivo, aberto a quaisquer pessoas, a seguinte medida é de fundamental importância:

- (A) ampliação do consumo de bens eletrônicos
- (B) expansão da rede de fibra ótica no país
- (C) privatização dos meios de comunicação
- (D) desenvolvimento de políticas públicas

07. “A Adbusters publica *post* no blog criando a *hashtag* #occupywallstreet e convoca um protesto para 17 de setembro, em que “20 mil pessoas inundaram o Lower Manhattan. Montaram barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocuparam Wall Street pelo prazo de alguns meses”, exigindo “democracia, não corporocracia”, e afirmando que, a partir de sua “única e simples demanda, uma comissão presidencial para separar o dinheiro da política”, iriam “começar a estabelecer a agenda para uma nova América”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 207]

A convocação inicial para esta ocupação teve como pretensão:

- (A) restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro
- (B) anular as medidas parlamentares de ajuda às instituições financeiras norte-americanas
- (C) impedir o *impeachment* do presidente Obama acusado de má gestão governamental
- (D) recuperar a credibilidade do conceito de *self-made man*, típica da cultura americana

08. O processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização possui algumas características como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional.

[Adaptado de: DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec.2006, p.121]

Entre os fatores responsáveis pela viabilização desse processo em países de diferentes continentes, destaca-se a:

- (A) falência das empresas transnacionais
- (B) crise da produção agromanufatureira
- (C) instabilidade da economia mundial
- (D) queda das barreiras protecionistas

09. Entre os novos e distintos fatores que tornaram possível o sucesso das revoltas populares na Tunísia em 2011, por um período prolongado, iniciando o movimento das lutas populares por democracia no mundo muçulmano que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, destacaram-se a:

- (A) telefonia e a rede Al Bayan
- (B) internet e a rede Al Jazeera
- (C) juventude e a rede Al-Ahram
- (D) minoria sunita e a rede Avanzi

10. “Na verdade, o hábito herdado de nosso passado colonial do uso privado da coisa pública enraizou-se de tal maneira no Estado e na sociedade brasileiros que a própria ideia clássica de cidadania ganhou entre nós um sentido próprio, marcado pela confusão quase generalizada entre o que é próprio do ambiente doméstico-familiar (amigos inclusos) e aquilo que é específico do Estado”.

[MONDAINI, Marco. Direitos Humanos, In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 82]

Esse tipo de cidadania, em que as relações de caráter privado se impõem sobre as de caráter público é denominada:

- (A) patrimonialista
- (B) genética
- (C) regulada
- (D) substantiva

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO**

11. No Capítulo que trata dos direitos fundamentais, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe expressamente que:
- (A) o município criará formas de incentivo específicos, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher
  - (B) o município assegurará, aos portadores de deficiência, a possibilidade de recebimento de suas contas em braille, com desconto de 20%
  - (C) o município buscará garantir a integridade da fauna, vedada a prática de meios cruéis que violem os direitos fundamentais dos animais
  - (D) o município buscará assegurar o recebimento de bengalas aos portadores de deficiência de baixa renda que necessitarem
12. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro veda expressamente ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de assistência social
  - (B) pagar mais de dois proventos de aposentadoria a ocupante de função ou cargo público
  - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal
  - (D) alienar bens imóveis sem a aprovação de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:
- (A) decidir sobre a perda de mandato de Vereador, pelo voto secreto de dois terços dos seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica
  - (B) fixar a remuneração dos vereadores em cada legislatura, para a subsequente, no primeiro período legislativo ordinário do último ano de cada legislatura
  - (C) representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de um terço dos seus membros contra o Prefeito por crime ou ato de improbidade
  - (D) conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços à causa da humanidade, mediante decreto aprovado por dois terços dos membros
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Município reger-se-á por:
- (A) lei ordinária votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (B) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (C) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
  - (D) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
15. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que a Câmara Municipal:
- (A) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus servidores
  - (B) não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (C) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
  - (D) não gastará mais de sessenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus servidores
16. Segundo as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, se o Presidente da República considerar o projeto de lei no todo ou em parte inconstitucional promoverá:
- (A) a sanção parcial, no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 3 dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos da sanção parcial
  - (B) o veto total, no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 5 dias úteis, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto
  - (C) o veto, total ou parcial, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto
  - (D) a sanção, total ou parcial, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 24 horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos de eventual veto

17. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), o estágio probatório é:
- (A) o período de dois anos a contar da data da nomeação, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (B) o período de três anos a contar da data da posse, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (C) o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
  - (D) o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
18. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica:
- (A) licença de até 3 meses, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (B) licença com vencimento integral, pelo prazo de seis meses
  - (C) licença de até 120 dias, sem prejuízo do cargo e do salário
  - (D) licença com vencimento integral, pelo prazo de cinco meses
19. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a pena de suspensão é cabível no caso de:
- (A) reincidência em falta já punida com repreensão
  - (B) desobediência ou falta de cumprimento de deveres
  - (C) reincidência de transgressão punível com advertência
  - (D) negligência, imprudência ou imperícia na atividade funcional
20. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), o orçamento anual poderá conter dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, sob a denominação:
- (A) reserva de contingência
  - (B) crédito extraordinário
  - (C) crédito estratégico
  - (D) reserva adicional
21. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), a realização da despesa compreende três fases denominadas:
- (A) arrecadação, execução e pagamento
  - (B) empenho, execução e pagamento
  - (C) empenho, liquidação e pagamento
  - (D) empenho, dotação e liquidação
22. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre as comissões permanentes, é possível afirmar que:
- (A) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, três comissões permanentes, não podendo, todavia, pertencer a mais de cinco, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (B) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de quatro, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (C) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de duas, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
  - (D) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de três, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
23. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Mulher será ocupada:
- (A) prioritariamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (B) exclusivamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
  - (C) prioritariamente por mulheres comuns vítimas de violência doméstica
  - (D) preferencialmente por mulheres com notável conhecimento de causa
24. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o processo simbólico de votação consiste na:
- (A) simples apuração dos votos favoráveis, contrários, em branco ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
  - (B) simples apuração dos votos favoráveis, contrários ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum simples de votação ou quando solicitada a verificação nominal simbólica de matérias de maioria simples
  - (C) simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
  - (D) simples votação por arrastamento que será efetuada pelo vereador mais antigo, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado

- 25.** De acordo com as disposições expressas da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:
- (A) pela ação fiscalizadora sobre a administração e pelo controle do voto, dentre outros
  - (B) pela participação nas decisões do Município e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (C) pela iniciativa popular, pelo plebiscito e referendo e pelas políticas públicas, dentre outros
  - (D) pelo voto direto e secreto com valor igual para todos e pelo sufrágio universal, dentre outros
- 26.** De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal tem sede no:
- (A) Palácio Marcelo Alencar
  - (B) Palácio Pedro Ernesto
  - (C) Palácio Guanabara
  - (D) Palácio Tiradentes
- 27.** De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que:
- (A) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (B) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos prefeitos
  - (C) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos deputados estaduais
  - (D) em Municípios de mais de quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais
- 28.** De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão prescreverá em:
- (A) dois anos
  - (B) três anos
  - (C) quatro anos
  - (D) cinco anos
- 29.** A Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), no capítulo que trata dos contratos administrativos, estabelece expressamente que:
- (A) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação pelo período de doze meses, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
  - (B) os contratos poderão ter vigência indeterminada ou determinada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a noventa dias, salvo disposição contrária de lei
  - (C) os contratos poderão ter vigência indeterminada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária de lei
  - (D) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação por igual período, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
- 30.** De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que os projetos de lei de iniciativa da Câmara Municipal:
- (A) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria dos vereadores presentes
  - (B) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoio, no mínimo, de três quintos dos vereadores
  - (C) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores
  - (D) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoio, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores

**ESPECÍFICO DA ÁREA DE CONHECIMENTO: HIGIENE SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL**

31. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas propõe a estruturação de Distritos Sanitários Especiais Indígenas, a serem definidos com base em critérios que incluem:
- (A) área geográfica e relações sociais entre os diferentes povos indígenas
  - (B) vias de acesso aos serviços e existência de convênios privados
  - (C) perfil epidemiológico e captação local de impostos municipais
  - (D) tamanho do território e renda *per capita*
32. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem foi instituída com vistas a incluir esse segmento populacional nas ações preventivas e curativas no Sistema Único de Saúde (SUS). Sobre o perfil de adoecimento da população masculina, os indicadores mostram que:
- (A) a mortalidade por câncer de próstata é expressiva entre os homens, mas não ultrapassa a mortalidade por câncer de laringe
  - (B) entre os adolescentes, a população masculina encontra-se em risco aumentado para a mortalidade por causas externas
  - (C) a mortalidade na população masculina em geral deve-se principalmente a causas relacionadas ao aparelho respiratório e digestivo
  - (D) o grupo populacional com vulnerabilidade aumentada para a mortalidade por causas externas é o de jovens até 30 anos, estudantes, brancos e moradores nas grandes cidades
33. Segundo a Portaria 3.088 de 23/12/2011, ao instituir a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, tem-se como objetivo:
- (A) favorecer a proteção da população que reside no entorno dos serviços de internação psiquiátrica, por meio da busca e institucionalização compulsória dos clientes afetados
  - (B) permitir a livre circulação de pessoas com problemas decorrentes do uso de álcool no âmbito dos hospitais psiquiátricos de referência em cada Unidade Federativa do país
  - (C) desenvolver métodos de tratamento e medicalização das situações diagnosticadas, e ainda de garantia da segurança pública, articulando os serviços de saúde com os dispositivos policiais públicos
  - (D) garantir a articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências
34. O campo da Saúde do Trabalhador se apresenta como uma abordagem mais recente em relação aos da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, já que sua concepção predominante sobre o processo saúde-doença:
- (A) descarta a busca de explicações biológicas ou sociais sobre o processo saúde-doença e busca apenas amparar juridicamente o trabalhador
  - (B) é voltada para a determinação social do processo saúde-doença, incluindo como categoria explicativa o processo de trabalho
  - (C) baseia-se na explicação unicausal do processo saúde doença, cuja principal categoria explicativa é o de fator de risco
  - (D) busca explicações múltiplas e predominantemente biológicas, com base na categoria de fator de dano
35. A execução das ações de Vigilância Sanitária de portos e aeroportos é de fundamental importância para a prevenção, detecção e controle de doenças transmissíveis que possam ser transmitidas por alguma pessoa em trânsito entre países. No Brasil, o órgão competente para a execução dessas ações é:
- (A) Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
  - (B) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)
  - (C) Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS)
  - (D) Secretaria de Vigilância da Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS)
36. Segundo a Lei Orgânica da Saúde, a lei de nº 8.080, de 19/09/1990, constitui o Sistema Único de Saúde:
- (A) o conjunto de serviços hospitalares, excetuados os estaduais, e aqueles que são institutos de referência nacional em saúde
  - (B) o arranjo pactuado de serviços de atenção à saúde, não incluídos os de odontologia especializada, ofertados nas instituições conveniadas e contratadas dos níveis municipal, estadual e federal
  - (C) o conjunto de ações e serviços prestados exclusivamente por unidades de média e alta complexidade hospitalares e ambulatoriais nas instituições públicas federais, estaduais e municipais
  - (D) o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público

37. Entende-se que assegurar o acesso a medicamentos é uma das questões cruciais no SUS, constituindo-se no eixo norteador das políticas públicas estabelecidas na área da Assistência Farmacêutica, pois esses insumos são uma intervenção terapêutica muito utilizada, impactando diretamente sobre a resolubilidade das ações de saúde. Quanto ao acesso público aos medicamentos, a assertiva correta é:
- (A) O financiamento da Assistência Farmacêutica é complementado por pagamento direto ao prestador pelo usuário, toda vez que o medicamento fizer parte da listagem de Medicamentos Especializados.
- (B) Medicamentos usados para o controle do tabagismo e alcoolismo não compõem o elenco de fármacos a serem disponibilizados pelo SUS.
- (C) O nível estadual da gestão do SUS limita-se a regular a oferta de medicamentos e não participa diretamente da gestão da Assistência Farmacêutica.
- (D) O bloco de financiamento à Assistência Farmacêutica no SUS é composto por três componentes: o Básico, o Estratégico e o Especializado.
38. É correto afirmar que iniciativa privada, em relação à sua participação no Sistema Único de Saúde (SUS):
- (A) tem sua atuação vedada no SUS
- (B) tem sua atuação livre e independente no SUS
- (C) pode participar do SUS em caráter complementar
- (D) tem sua atuação livre no SUS, mas deve prestar contas ao Ministério da Saúde
39. O aumento da mobilidade humana em viagens pelo mundo, as mudanças ambientais e a superpopulação em cidades, onde muitos enfrentam precárias condições de vida, são fatores que contribuem para o aumento de doenças emergentes, como a febre hemorrágica por vírus ebola, e reemergentes, como a:
- (A) a hepatite viral
- (B) a poliomielite
- (C) a dengue
- (D) a AIDS
40. O Ministério da Saúde preconiza, no controle da tuberculose, como método prioritário, simples e seguro, que permite identificar o doente bacilífero:
- (A) a baciloscopia direta do escarro
- (B) a prova tuberculínica (PPD)
- (C) o exame radiológico
- (D) a broncoscopia
41. O repasse financeiro para os municípios de um valor *per capita* estabelecido com base na estratificação das unidades federadas, considerando situação epidemiológica e grande dificuldade operacional para a execução das ações de vigilância em saúde, define:
- (A) o fundo de saúde pública
- (B) o piso fixo de vigilância em saúde
- (C) o piso variável de vigilância em saúde
- (D) o fator de incentivo para os laboratórios em saúde
42. A raiva humana é uma doença que vem apresentando taxas de incidência decrescentes. No entanto, a vacinação de animais e a vigilância de casos suspeitos devem permanecer ativas, já que a quase totalidade dos casos confirmados vem a óbito, o que é medido pelo coeficiente de:
- (A) letalidade
- (B) mortalidade
- (C) Swaroop e Uemura
- (D) mortalidade proporcional
43. A medida oficial de mortalidade materna, em uma determinada área geográfica e período de tempo, geralmente um ano, é o resultado da razão entre os óbitos resultantes de eventos ou complicações da gravidez, parto e puerpério (mortes maternas obstétricas) sobre o número de:
- (A) população feminina total
- (B) mulheres em idade fértil
- (C) nascidos vivos
- (D) população total
44. Quando se deseja avaliar o número de casos conhecidos de uma dada doença, o índice ou coeficiente utilizado é o de:
- (A) mortalidade
- (B) prevalência
- (C) incidência
- (D) letalidade
45. De acordo com a portaria nº. 2.472, de 31 de agosto de 2010, o termo **agravo** significa:
- (A) qualquer dano à integridade física, mental e social provocado por circunstâncias nocivas
- (B) manifestação de qualquer risco ou ocorrência de algo potencial para causar doença
- (C) toda doença biológica ou estado clínico, independentemente da fonte ou origem
- (D) uma forma de complicação da doença



46. A Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008-2009, realizada pelo IBGE, apresenta nos seus resultados os aspectos principais relativos ao perfil de crescimento de crianças e adolescentes, entre os quais pode-se destacar:
- (A) o padrão de equivalência nos padrões antropométricos e de peso corporal de crianças brasileiras que residem em áreas urbanas quando comparadas com as que residem em áreas rurais
  - (B) a tendência de ultrapassar os padrões internacionais na curva antropométrica de adolescentes brasileiros acima dos 15 anos de idade e do sexo masculino
  - (C) a tendência de seguimento de padrões internacionais na curva antropométrica de crianças brasileiras até 10 anos de idade
  - (D) o padrão de medidas de peso corporal de crianças brasileiras muito abaixo dos padrões internacionais
47. A participação social no SUS é prevista pela Lei 8.142 e se dá por meio dos Conselhos e Conferências de Saúde, nos quais a composição das representações de usuários deve ser:
- (A) paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos
  - (B) paritária em relação ao segmento de gestores
  - (C) superior, por maioria simples, em relação aos demais segmentos
  - (D) superior, por maioria simples, em relação ao segmento de profissionais
48. O Coeficiente de Fecundidade brasileiro, que mensura o número médio de nascidos vivos por mulher em idade fértil, apresentou mudanças importantes, sendo correto afirmar que esse coeficiente:
- (A) está muito acima do encontrado nos países sul-americanos
  - (B) é hoje semelhante ao dos países desenvolvidos
  - (C) é muito maior que o dos países desenvolvidos
  - (D) é praticamente igual ao dos países africanos
49. Em municípios ou locais isolados, a grandes distâncias de áreas onde existam Unidades de Urgência e Emergência, é possível instalar um equipamento de atendimento dentro de Unidades Básicas, filantrópicas ou outras, desde que funcione 24 horas, utilize protocolos de acolhimento, classificação de risco e atendimento clínico e possua equipe interdisciplinar. Esse equipamento denomina-se:
- (A) Sala de Operações
  - (B) Central de Regulação
  - (C) Sala de Estabilização
  - (D) Unidade de Suporte de Vida
50. Na Estratégia Saúde da Família, o mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades é atribuição:
- (A) de todos os profissionais das equipes
  - (B) dos agentes de controle de endemias
  - (C) do agente comunitário de saúde
  - (D) da equipe de enfermagem
51. O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022, aborda quatro principais doenças, a saber:
- (A) hipertensão arterial, câncer, diabetes e doenças reumatológicas
  - (B) doenças do aparelho circulatório, câncer, doenças hematológicas e diabetes
  - (C) doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas
  - (D) doenças respiratórias crônicas, doenças do aparelho circulatório, doenças reumatológicas e câncer
52. A Política Nacional de Sangue, Componentes e Hemoderivados, definida pela Lei 10.205 de 2011, prevê que:
- (A) a doação é sempre voluntária e não remunerada
  - (B) a comercialização de hemoderivados poderá ser autorizada em casos especiais
  - (C) a doação poderá ser compulsória para a população prisional, quando necessário
  - (D) a remuneração de doadores pode ser efetuada, desde que se comprove serem pessoas de baixa renda
53. Os Sistemas de Informação em Saúde realizam coleta, organização e disponibilização de dados sobre vida e saúde da população. O DATASUS é o órgão responsável por essas ações, que permitem avaliação e monitoramento constantes, com destaque para as estatísticas vitais, que incluem indicadores de:
- (A) oferta de serviços e nascidos vivos
  - (B) morbidade e partos hospitalares
  - (C) nascimento e cobertura vacinal
  - (D) mortalidade e nascidos vivos
54. A descentralização político-administrativa se dá com direção única em cada esfera de governo. Essa característica traduz:
- (A) a integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico
  - (B) o enfoque na capacidade de resolução dos serviços no nível primário de assistência
  - (C) a ênfase na descentralização dos serviços para os municípios
  - (D) o respeito à decisão dos conselhos de saúde

55. As imprecisões no registro da idade e nos levantamentos estatísticos de nascimentos e de informações de óbitos, especialmente quanto à classificação das idades, são limitações para o cálculo de:
- (A) taxa de natalidade
  - (B) taxa de fecundidade
  - (C) índice de Swaroop e Uemura
  - (D) esperança de vida ao nascer
56. O acidente de trabalho deve ser notificado, independente do vínculo dos trabalhadores. A análise desses dados possibilita traçar o perfil epidemiológico dos acidentes. Um dos indicadores utilizados nessa análise é definido como o total de trabalhadores mortos por acidente de trabalho dividido pelo total de acidentes do trabalho ocorridos. Esse indicador chama-se coeficiente de:
- (A) mortalidade proporcional
  - (B) mortalidade
  - (C) incidência
  - (D) letalidade
57. De acordo com a portaria 2712, de 12 de novembro de 2013, doação autóloga é:
- (A) a doação do próprio paciente para seu uso exclusivo
  - (B) a doação advinda do indivíduo que doa para atender à necessidade de pessoas de sua família
  - (C) a doação feita por pessoa motivada para manter o estoque de sangue do serviço de hemoterapia
  - (D) a doação advinda do indivíduo que doa para atender à necessidade de um paciente, feita por pessoa motivada pelo próprio serviço
58. Em Saúde do Trabalhador, a condição caracterizada por exaustão emocional, diminuição da realização pessoal e despersonalização é denominada:
- (A) *burnout*
  - (B) *stress*
  - (C) assédio moral
  - (D) violência psicológica
59. Rouquayrol (2013) destaca a violência como um problema de saúde pública e ressalta a importância de se estudarem alguns elementos da epidemiologia. "O grande número de eventos a cada ano, sejam agravos, lesões ou mortes" é a definição de:
- (A) vulnerabilidade
  - (B) magnitude
  - (C) gravidade
  - (D) letalidade
60. A prevenção das doenças crônicas não transmissíveis – DCNT – tem como objetivo estratégico remover certo caráter de inevitabilidade na percepção social sobre essas doenças já que:
- (A) a maioria das DCNT geram incapacidades graves, mas atenuáveis
  - (B) nenhuma DCNT se apresenta como fator de risco para outras doenças
  - (C) uma DCNT ocorre de forma isolada e não está associada a outra DCNT
  - (D) as DCNT podem ter seu perfil epidemiológico modificado por intervenções da saúde e políticas públicas